

JOÃO CARLOS SIMÕES DOS REIS
(Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

MEIOS DE COMPOSIÇÃO DO CONFLITO LABORAL COLECTIVO

CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM

ÍNDICE

Ao Leitor	5
Siglas	7

INTRODUÇÃO

1. Meios de resolução extrajudicial de conflitos colectivos de trabalho.....	11
2. Os principais meios de resolução	27

CAPÍTULO I

CONVENÇÃO COLECTIVA

1. A convenção colectiva	31
1.1. A obrigação de negociar	46
1.1.1. Alguns dados de direito comparado	55
1.1.2. Regime português	67
2. O dever de paz laboral	93
2.1. Delimitação da cláusula de trégua sindical	94
2.2. Trégua sindical em sentido implícito ou explícito?.....	110
2.2.1. Teoria do dever implícito	111
2.2.2. Teoria do dever explícito.....	151
2.3. Regime português	212

•

3. A comissão paritária	232
3.1. Competências.....	240
3.2. Composição e deliberação	254

**CAPÍTULO II
CONCILIAÇÃO**

1. Noção	277
2. Âmbito	283
3. Regime jurídico	295

**CAPÍTULO III
MEDIAÇÃO**

1. Generalidades	309
2. Noção	311
3. Regime jurídico da mediação administrativa.....	324
4. Outras modalidades.....	333

**CAPÍTULO IV
ARBITRAGEM**

1. Generalidades	349
2. Enquadramento da arbitragem.....	351
2.1. A arbitragem enquanto fonte de direito do trabalho.....	351
2.2. A arbitragem como meio de resolução de conflitos colectivos.....	352
2.3. Considerações de ordem sistemática.....	362
3. Arbitragem e tipo de conflito laboral	369
4. Delimitação da arbitragem.....	380
4.1. Noção tradicional.....	381
4.1.1. Inadequação da noção tradicional ao regime laboral.....	390
4.1.2. “Voluntariedade”: uma nota consubstancial à noção de arbitragem?	391
4.1.3. O objecto da arbitragem e a missão do árbitro.....	402
4.1.4. Noção de arbitragem no CT português.....	434

•

ÍNDICE

•

5. A arbitragem voluntária	460
5.1. Generalidades	460
5.2. O objecto da arbitragem voluntária	465
5.3. Funcionamento	474
5.3.1. Supletividade do regime legal.....	474
5.3.2. Constituição e composição do tribunal arbitral	476
5.3.3. A decisão arbitral.....	481
5.3.3.1. Os critérios de resolução	487
6. A arbitragem obrigatória	505
6.1. Breve alusão à evolução legislativa anterior ao CT.....	511
6.2. A arbitragem obrigatória no CT e na legislação posterior.....	515
6.3. As listas de árbitros.....	516
6.3.1. Composição das listas e mandato dos árbitros.....	518
6.3.2. O termo de aceitação	519
6.4. O âmbito da arbitragem obrigatória	529
6.5. Os pressupostos de admissibilidade	535
6.5.1. Arbitragem solicitada por uma das partes.....	536
6.5.2. Arbitragem por iniciativa da Comissão Permanente de Conciliação Social.....	546
6.5.3. Arbitragem por iniciativa ministerial.....	548
6.6. A determinação da arbitragem.....	551
7. A arbitragem necessária	555
8. A constituição do tribunal na arbitragem obrigatória e necessária	564
9. O processo na arbitragem obrigatória e necessária	566
10. A arbitragem obrigatória e a OIT	573
10.1. Os instrumentos de regulamentação	576
10.2. Os órgãos de controlo.....	590
11. Apreciação do regime	607
11.1. As funções e as finalidades	608

•

•

11.2. Alguns pontos críticos.....	626
11.2.1. Questão terminológica e conceitual.....	626
11.2.2. A questão da (in)conformidade constitucional	629
11.2.3. O carácter excessivamente jurisdicionalizante da arbitragem	645
11.2.4. A eficácia da decisão arbitral.....	649
11.2.5. O regime das incompatibilidades.....	670
11.2.6. A arbitragem obrigatória como medida compensatória	679
11.2.7. Incoerências do regime	683

CAPÍTULO V

VANTAGENS E INCONVENIENTES DA SOLUÇÃO AUTÓNOMA DE CONFLITOS COLECTIVOS

1. Considerações gerais.....	697
2. As debilidades da solução judicial.....	710
3. Vantagens dos procedimentos autónomos.....	721
4. Debilidades dos procedimentos de solução autónomos	727
5. Breve apreciação	732
Bibliografia.....	747
Índice.....	783

•